

Carlos A. Brochado de Almeida *

Paulo J. Costa Pinto **

Pedro Miguel D. Brochado de Almeida ***

Os lagares cavados na rocha do castelo de Castorigo – Pegarinhos (Alijó)

Pegarinhos é uma das 17 freguesias que constituem o actual concelho de Alijó e como acontece com quase todas elas, para além da povoação epónima, compreende mais outras duas: Vale de Mir e Castorigo.

Situada a Nordeste da sede do concelho, da qual dista cerca de 11 km, pertenceu até 24 de Outubro de 1855 ao concelho de Murça (Leitão, 1963,56), sendo na actualidade servida por uma estrada camarária que, no planalto da Chã, ao km 34 da estrada Alijó-Pópulo, faz a ligação com outras povoações do interior, nomeadamente Santa Eugénia e Carlão.

Tal como ocorre com as outras povoações disseminadas pelo planalto de Alijó, as aldeias que compõem a freguesia de Pegarinhos são do tipo concentrado, com ruas sinuosas e construções em granito, não raras vezes em pedra seca ou com pouca argamassa, enegrecidas pelo tempo. Mostram, no entanto, já os avanços de um certo «modernismo» arquitectónico, com a intromissão de modelos obviamente importados de outras latitudes, mas que denotam, à saciedade, quão deslocados estão tais construções que noutras paragens não passariam de moradias de menor qualidade.

A base económica destas aldeias centra-se em torno do vinho e dos produtos agro-florestais. Para os lameiros vai a batata, o milho e o linho, este quando era cultivado. Nas terras de meia encosta, menos irrigáveis, o domínio é do trigo, da aveia e sobretudo do centeio, mas a grande riqueza da terra, tal como ocorre em Santa Eugénia e em Carlão (Almeida, 1992/93), é o vinho, especialmente o de benefício, aquele que institucionalmente é conhecido por «Vinho do Porto».

* FLUP/GEHVID.

** GEHVID.

*** Aluno da licenciatura de História, variante Arqueologia da FLUP.

A área de plantio do «vinho de benefício», que decalca a mancha de xistos que nesta freguesia se desenvolve a Oriente da linha formada pela combinação do Regato do Mourão com o de Vale da Seia, é considerável, mas mais o é a área ocupada pelo vinho comum, muito dele de excelente qualidade e aceitação, caso do «Botelhinha Reserva» produzido pela Adega Cooperativa local. Depois, convirá não esquecer que é neste vale bem encaixado e abrigado de Pegarinhos que se produzem certos vinhos brancos, de excelência comprovada e que, por isso mesmo, têm sido encaminhados para o fabrico de algumas das mais conceituadas marcas de espumantes da Região do Douro.

Pegarinhos é uma povoação concentrada, anichada na base de um dos muitos vales que se desenvolvem por todo o planalto de Alijó e aqui, mais especificamente, na confluência de três linhas de água – Regato do Souto, Regato do Vale da Seita e Regato da Salgueirosa – que, a oriente do aglomerado populacional, se fundem numa massa líquida única, o Ribeiro do Carvalhal, um dos vários afluentes do Rio Trela, o mesmo que no presente serve de linha de fronteira entre os concelhos de Murça e Alijó. Bem menos expressão e diferentes concepções de assentamento e localização têm as pequenas aldeias de Vale de Mir e de Castorigo. A primeira, com um típico nome germânico (Piel, 1937,21), localizada em pleno planalto, está situada numa zona de granitos, ao abrigo de uma pequena mancha de pinheiros, castanheiros e carvalhos, estes teimando na continuidade de uma espécie cada vez mais ameaçada. Em sentido oposto encontra-se a ainda mais minúscula povoação de Castorigo, erguida entre os braços do pequeno Regato da Salgueirosa, num cenário estrutural e posicional algo análogo ao da sede da freguesia. A única nota dissonante, independentemente da dimensão urbana, está na proximidade de certos vestígios arqueológicos, nomeadamente nos *habitats* da Idade do Ferro que coroam os pontos mais elevados, sobranceiros a Castorigo e a Val de Mir. A excepção está precisamente em Pegarinhos onde, até à data, se não conhecem sintomas de ocupações anteriores à formação da actual povoação, algo que terá ocorrido somente na Baixa Idade Média.

Se percorrermos o aro da tão extensa quão dispersa freguesia de Pegarinhos, deparamos com alguns poucos vestígios arqueológicos anteriores à formação dos actuais núcleos habitacionais. Um dos mais divulgados são as insculturas da Botelhinha – assim se percebe a razão porque o vinho tinto da Adega Cooperativa de Pegarinhos é comercializado sob tal denominação – gravadas na penedia que ponteia toda a encosta setentrional do Alto das Regaleiras, onde uma série de regatos recolhem as primeiras águas daquele que será o Ribeiro do Souto. Com uma cronologia que medeia entre o Bronze e a Idade do Ferro, estas gravuras só encontram algum paralelismo na encosta oriental do castelo de Castorigo, local onde se destaca uma rocha com uma série de fossetes ou covinhas gravadas e que a proximidade do sistema defensivo do castro faz supor alguma concordância

crono-cultural. Tal existência e proximidade não são de modo algum novidade, já que o cenário se repete noutros pontos do concelho, com destaque para o castelo de Carlão, onde há vários penedos gravados com sinais da mesma tipologia e certamente cronologia (Almeida, 1992/93, 235).

Os povoados castrejos localizados na área administrativa da freguesia de Pegarinhos são dois: Vale de Mir e Castorigo. Como é da praxe toponímica desta região, são genericamente designados por «castelos» e não por «castros» (Almeida, 1992/93, 234), muito provavelmente por causa da imponência da massa granítica onde assentam e que deles fazem autênticas fortalezas (Lemos, 1993, 217).

O castelo de Vale de Mir está situado em pleno planalto, a ocidente da actual povoação. Encontra-se numa pequena elevação que se destaca na orografia envolvente, até pelo pinhal que a cobre, tendo o castelo sido bastante danificado pelos trabalhos agrícolas que atingiram o sistema defensivo, adulterando-o, pelo menos ao nível da muralha mais exterior. Dimensionalmente foi *habitat* de pequenas dimensões e, ao que presumimos, protegido por duas linhas de muralha, das quais ainda é possível vislumbrar pequenos trechos, cujo aparelho, em granito, em *opus incertum*, denota já uma tendência para a disposição em fiadas pseudo-isódomas.

Tendo em atenção tais particularismos, mais os numerosos fragmentos de *tegulae* e mesmo de cerâmica comum romana, ao contrário do que vem sendo afirmado (Lemos, 1993, 219), admitimos que um sistema defensivo formado por muralhas que integram pedras bem aparelhadas e picadas, entremeadas de grandes blocos graníticos para aumentar a solidez, é obra da romanização, já do século I d.C., de uma altura em que a tecnologia de corte e a preparação da pedra era já amplamente dominada pelo povos castrejos.

As soluções encontradas pelos moradores do castelo de Vale de Mir foram as mesmas que os do castelo de Castorigo aplicaram, num modelo repetitivo que se estende por toda a área granítica do planalto e que está bem patente nos povoados de S. Marcos (Pópulo), nas Muralhas de Vilarelho (Favaios) ou, para abreviar, no Castelo da Lavandeira ou do Cadaval e no Castelo dos Mouros em Vilar de Maçada (Lemos, 1993, 218). Como local de implantação, foi escolhido um maciço rochoso, menos agreste que o castelo de Carlão (Almeida, 1992/93), a Senhora da Cunha ou seu vizinho castelo da Burneira, sem esquecer o pequeno *habitat* de Santa Bárbara em Favaios.

Com excelente posição geo-estratégica, tanto mais que dominava os vales de Pegarinhos e de Vale de Cunho, o castelo de Castorigo mostra ter uma coroa bem dimensionada, não demasiado rochosa, mas com o senão de ter encostas pouco agrestes e mesmo de progressão suave, sobretudo naquela que está voltada a Sul. Esta não ideal condição defensiva obrigou os seus moradores a erguerem um poderoso sistema defensivo formado por três linhas de muralha, com uma delas a

incorporar enormes blocos graníticos, em aparelho ciclópico (Lemos 1993, 220), sumariamente desbastados, que nos parecem ser a base alicerçal de uma estrutura que repetiria o modelo mais ou menos implantado. Aliás, se atentarmos na composição daquela que pode ser considerada como a muralha intermédia, é evidente que lá estão os blocos graníticos com a mesma dimensão. A diferença está em que estes estão mais desbastados e afeiçãoados que os que incorporam o alicerce da outra muralha.

O sistema defensivo do castelo de Castorigo é concêntrico, denota solidez e monumentalidade e ostenta ainda partes muito bem conservadas. As faces são no geral bem aparelhadas, o formato é rectangular e as pedras aparecem dispostas poligonalmente quando não em fiadas de tendência pseudo-isódoma. Aliás, tal solução foi quase integralmente aplicada na porta de entrada, aberta na muralha mais interior. Com uma secção rectangular, foi por nós desimpedida durante uma campanha de escavação realizada na década de 80 e com resultados não totalmente conseguidos, porque na parte intervencionada não havia outros vestígios que a pedra caída dos muros, não chegando, portanto, a haver qualquer sondagem abaixo do solo actual.

Ao contrário do que ocorria com o castelo de Vale de Mir, o de Castorigo tinha uma dimensão média e a sua acrópole podia albergar algumas dezenas de habitações. No entanto, o sector habitacional extravasou, sobretudo para a vertente meridional e em menor escala para Sudeste. Em qualquer dos casos, a ocupação desceu bem até à base, para uma zona que em tempos não muito recuados já foi agricultada, mas que actualmente se encontra abandonada ou então ocupada com amendoeiras e vinhedos.

O crescimento do povoado foi progressivo e não necessariamente sincrónico. Mesmo sem intervenções arqueológicas, tal desiderato está bem explícito nas cerâmicas que se espalham do cume até à base, até aos vinhedos que aí se encontram. Enquanto no cimo as cerâmicas são basicamente castrejas, a par de alguns fragmentos de *tegulae*, na plataforma que antecede a encosta predominam as cerâmicas comuns romanas, as *tegulae*, os *imbrices*, os *dolia* de técnica e fabrico romano e pequenos fragmentos de *sigillata* hispânica que aparecem misturados com outros cujas superfícies aparecem cobertas com aguadas castanho-avermelhadas. Em resumo, trata-se de um ambiente cultural mais tardio, em consonância, é certo, com a ocupação de todo o castro, mas dentro das perspectivas económicas que presidiam à vivência tradicional dos povos castrejos que se haviam estabelecido na dezena e meia de castros que ponteiam o planalto de Alijó.

Como bem o especificou Sande Lemos (1993, 218), os vários castros do planalto primam pela sua localização geo-estratégica, algo que está intimamente ligado à visibilidade, ao cultivo dos cereais, ao pastoreio do gado ovino – o pla-

nalto de Vilarelho, entre Favaios, Sanfins do Douro e Alijó, era ponto de encontro dos rebanhos transumantes provenientes da Serra da Estrela – e, em certos casos, ao controlo das vias de comunicação. Referimo-nos, muito especificamente, aos castros /castelos situáveis no Freixo, em Ribalonga – aqui apareceu uma ara dedicada a Júpiter – em S. Marcos (Pópulo), no Cadaval /Lavandeira. Na proximidade de todos eles transitava uma das vias romanas, que da actual cidade de Vila Real se dirigia para o interior, isto é, para os territórios que hoje são parte integrante de Murça e Mirandela.

O panorama observável no castelo de Carlão (Almeida, 1992/93), de um certo modo e uniformidade, repete-se também no castelo de Castorigo. Tal como ocorreu naquele, também aqui, na vertente voltada à melhor exposição solar diária, estão patentes os vestígios mais convincentes da romanização e que se traduzem, para além da cerâmica, em pedra bem esquadriada, em fustes de colunas sem o primor e o lavor dos encontrados no sítio da Azinheira e dois lagares cavados na rocha, cuja tipologia repetem. Também aqui os contextos fito-climáticos estão mais de acordo com uma nova vertente económica, que não passa necessariamente pelo pastoreio de ovinos e caprinos, mas pelo incremento da componente agrícola, dos cereais e sobretudo da vinha. Esta passou a integrar o leque de opções comunitárias, sobretudo a partir do momento em que os habitantes dos inúmeros vales do Alto Douro se aperceberam que havia condições climáticas objectivas para o seu plantio e desenvolvimento.

Quanto ao momento em que tal ocorreu, tal como em Carlão também aqui a situação não está bem clara. É-o bem mais em Tralhariz (Carrazeda de Ansiães) (Gorges, 1979, 31) e no castro de Vilarinho de Cotas (Almeida, 1996, 266-269), devido à presença de numismas e de estruturas que apontam a provável existência de *villae* de época romana, cujos alvares remontam ao século I d. C. Sem descartarmos a hipótese de a vinha aqui ter sido introduzida no início da romanização, tudo aponta, até pela presença de cerâmicas romanas e sobretudo de *dolia*, em detrimento das ânforas com vinho de importação, que tal ocorrência se tenha iniciado ainda no Alto Império, para atingir um bom nível de desenvolvimento nos estádios seguintes da ocupação romana.

A introdução da vinha na base do castelo de Castorigo ocorreu no decurso da romanização, mais provavelmente durante no Baixo Império, caso tenhamos em atenção a qualidade e a tipologia das cerâmicas aí encontradas. Tal presença não invalida, no entanto, a hipótese já anteriormente formulada de o crescimento habitacional ter sido progressivo, a ponto de ter atingido a base do monte onde actualmente se encontram as vinhas e onde se documenta o maior volume de cerâmica romana, de pedra de construção, de grandes silhares esquadriados, de vestígios de colunas em granito e dois lagares cavados na penedia que ladeia esta ocupação.

Os dois lagares foram cavados a pico em duas rochas aplanadas, próximas uma da outra, na berma de um pequeno maciço rochoso que se destaca na base meridional do castro. A área está coberta por um pequeno e rarefeito pinhal que invadiu alguns dos socalcos que em tempos recentes haviam sido agricultados e cujos muros de suporte foram construídos com a pedra de estruturas habitacionais de época romana (Fig. 1).

Tipologicamente pode-se afirmar que são diferentes. O lagar que apodamos de nº1, é constituído por duas pias, ligadas entre si por um canal de escoamento, mas distintas e diferentes no tocante à funcionalidade e à finalidade. A forma do compartimento onde as uvas eram pisadas aproxima-se do rectângulo irregular, com os ângulos arredondados, situação que se repete no lagar nº 2. A diferença entre os dois está no facto de a forma deste ser bastante mais alongada e portanto mais próxima do rectângulo e sobretudo porque não tem o segundo compartimento, aquele que servia para a recolha e decantação do líquido, antes de ser recolhido para armazenamento.

Se atentarmos nos diversos pormenores, são mais os pontos de convergência que aqueles que os distinguem. As paredes não são verdadeiramente rectilíneas, antes ostentam uma ligeira inclinação para o interior. Em comum há ainda um canal de escoamento, mais longo no lagar nº 1 que no nº 2, com a mesma disposição – aberto num dos topos mais baixos de cada compartimento – e possuindo ambos um leve encaixe destinado ao assentamento de uma caleira de madeira ou metal, que facilitava o enchimento do cântaro ou de qualquer outro recipiente que fosse destinado ao transporte do líquido (Fig. 2).

As medidas dos dois lagares são as seguintes (Fig. 3):

Compartimento de pisagem do lagar nº 1

- comprimento = 1,87m
- largura = 1 m
- profundidade média = 0,30m



Fig. 1 e 2: Castelo de Castorigo-Pegarinhos

Canal de escoamento

- comprimento = 0,70m
- largura = 0,14m
- profundidade média = 0,40m

Compartimento de pisagem do lagar nº 2

- comprimento = 1,75m
- largura = 1,42m
- profundidade média = 0,40m

Compartimento de recolha do líquido

- comprimento = 0,48m
- largura = 0,31m
- profundidade média = 0,40m

Canal de escoamento

- comprimento = 0,70m
- largura = 0,14m
- profundidade média = 0,30m

Que lagares tiveram um aproveitamento para lá da Romanização, tal como ocorreu no castelo de Carlão, parece não haver dúvidas, na mesma proporção que parece haver uma íntima ligação entre os lagares e os vestígios romanos. Se os vestígios arquitectónicos poderão indiciar um casal ou mesmo uma *villa*, inserida ou não na mancha urbana do antigo povoado, não temos dúvidas que eles foram cavados naquela altura e que foi neles que foram pisadas as uvas das videiras aí plantadas. Hoje estão abandonados, são esqueletos de uma época, cujas páginas foram para sempre voltadas, mas, na sua singeleza, são marcos relevantes de uma época em que a vinha e o vinho ajudaram a forjar e cimentar a economia do Alto Douro.

Nota: Agradecemos ao Jorge Guedes Sacramento a elaboração dos desenhos que acompanham o presente estudo.

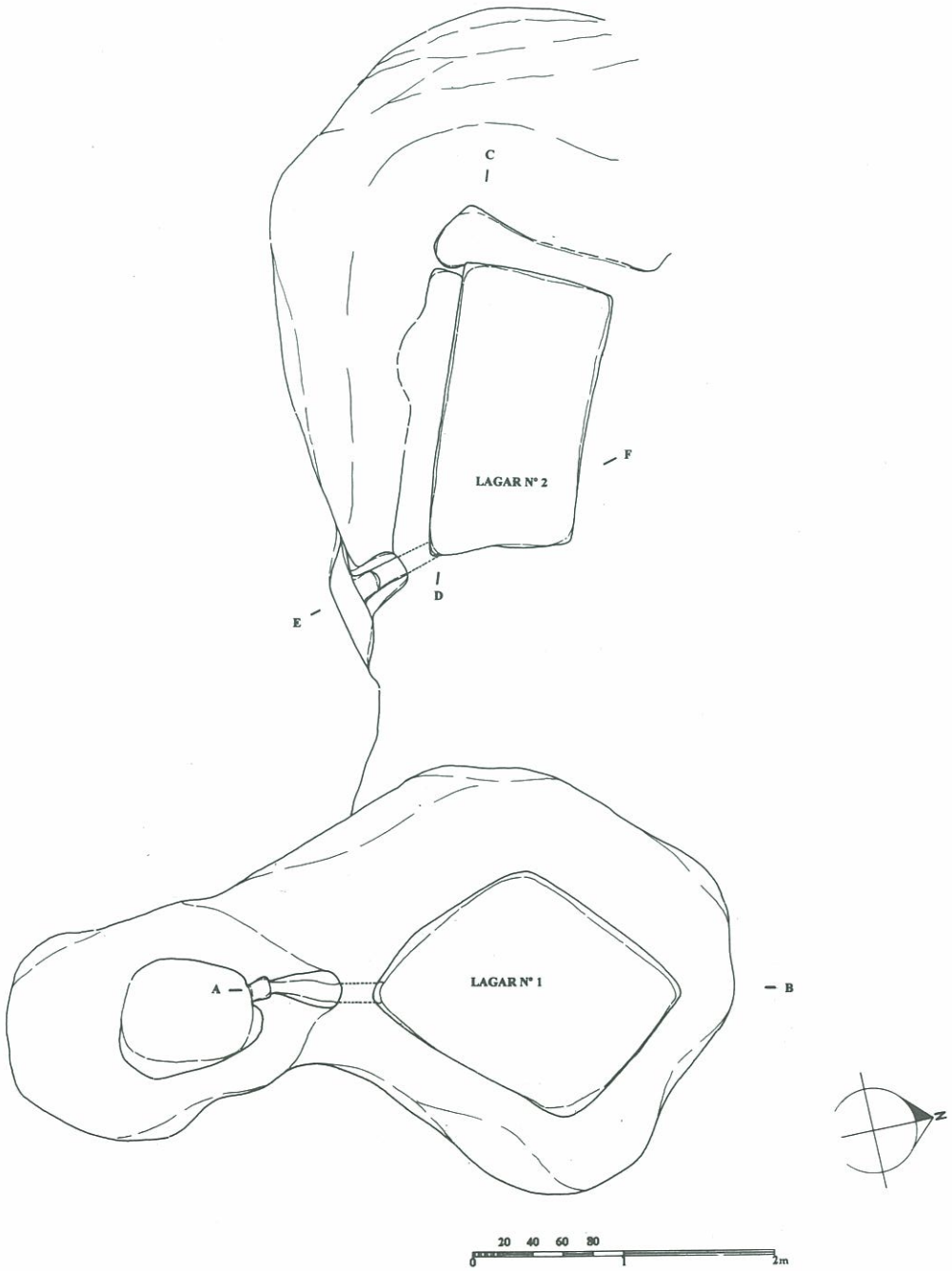
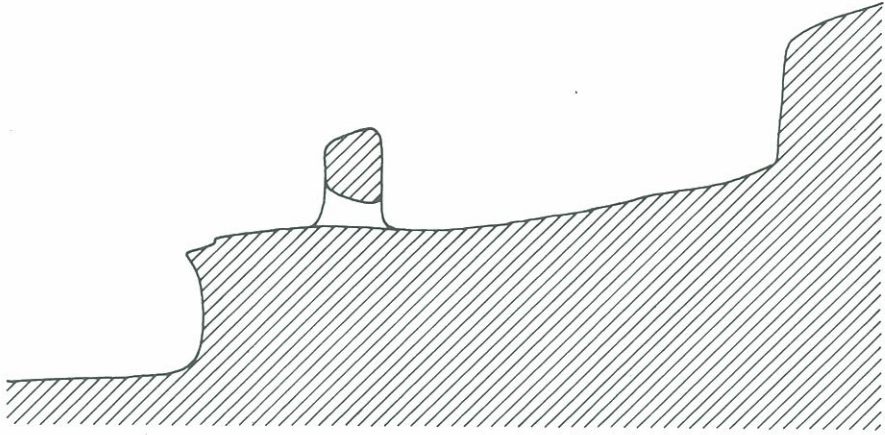


Fig. 3

Os lagares cavados na rocha do castelo de Castorigo

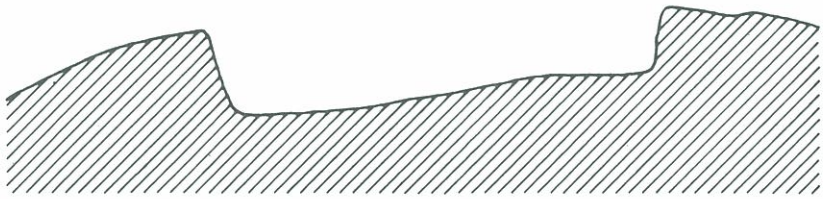
A

B



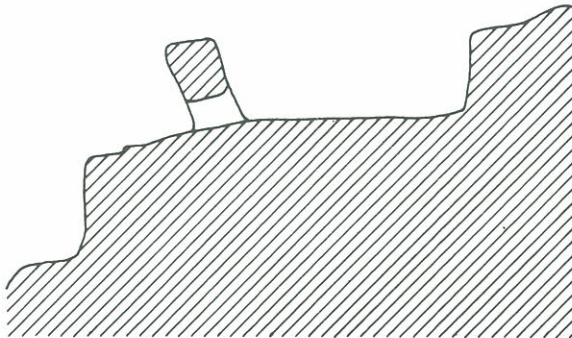
D

C



E

F



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O passado arqueológico de Carlão – Alijó*. «Portugália». Porto. XIII-XIV (1992/93), p. 229-261, il.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó*. «Douro, Estudos & Documentos». Porto, 1 (1996), p. 266-269.
- GORGES, Jean-Gérard – *Les Villas Hispano-Romaines*. Paris, 1979.
- LEITÃO, Fernando Rodrigues – *Monografia do Concelho de Alijó*. Lisboa, 1963.
- LEMOS, Francisco Sande – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. Braga, 1993. Vol. Ia. Tese de doutoramento policopiada.
- PIEL, Joseph M. – *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*. Lisboa, 1936.